



Instituto Acende Brasil vê interesse reprimido em relicitação de hidrelétricas

ENERGIA ELÉTRICA

Thiago Moreno
São Paulo

thiago.moreno@dci.com.br

● O leilão para relicitar as 29 hidrelétricas cujas concessões venceram no começo do ano deverá atrair um interesse menor do que poderia se os in-

vestidores tivessem recebido mais tempo para se preparar, avalia o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Na opinião do especialista, os ativos oferecidos no certame são bastante atrativos, até por se tratarem de usinas já construídas e que possuem um histórico de operação. No entanto, ele questiona a celeridade com a qual o governo colo-

cou os empreendimentos para serem negociados, o que teria impedido até mesmo a realização de estudos de viabilidade.

Sales critica ainda o modelo escolhido para a tarifação da energia que será gerada nessas hidrelétricas. Ao aprovar o edital da licitação, na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) impôs um preço-teto de R\$ 126,50

por megawatt-hora (MWh) gerado, valor bem superior aos R\$ 30 por MWh estimados inicialmente, quando o governo não pretendia cobrar a outorga das usinas e estava focado na redução das contas de luz.

"O princípio de modicidade tarifária foi abandonado", lamenta o especialista. Repetindo as críticas do Tribunal de Contas da União (TCU), que

aprovou ontem com ressalvas o certame, ele aponta que o governo preferiu onerar o consumidor para resolver seu problema imediato de caixa.

O leilão está marcado para o dia 6 de novembro. Somadas, as outorgas para os empreendimentos chegam a R\$ 17 bilhões, dos quais R\$ 11 bilhões serão pagos ainda este ano e os demais R\$ 6 bilhões em 2016.

O leilão para relicitar as 29 hidrelétricas cujas concessões venceram no começo do ano deverá atrair um interesse menor do que poderia se os investidores tivessem recebido mais tempo para se preparar, avalia o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Na opinião do especialista, os ativos oferecidos no certame são bastante atrativos, até por se tratarem de usinas já construídas e que possuem um histórico de operação. No entanto, ele questiona a celeridade com a qual o governo colocou os empreendimentos para serem negociados, o que teria impedido até mesmo a realização de estudos de viabilidade.

Sales critica ainda o modelo escolhido para a tarifação da energia que será gerada nessas hidrelétricas. Ao aprovar o edital da licitação, na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) impôs um preço-teto de R\$ 126,50 por megawatt-hora (MWh) gerado, valor bem superior aos R\$ 30 por MWh estimados inicialmente, quando o governo não pretendia cobrar a outorga das usinas e estava focado na redução das contas de luz.

"O princípio de modicidade tarifária foi abandonado", lamenta o especialista. Repetindo as críticas do Tribunal de Contas da União (TCU), que aprovou ontem com ressalvas o certame, ele aponta que o governo preferiu onerar o consumidor para resolver seu problema imediato de caixa.

O leilão está marcado para o dia 6 de novembro. Somadas, as outorgas para os empreendimentos chegam a R\$ 17 bilhões, dos quais R\$ 11 bilhões serão pagos ainda este ano e os demais R\$ 6 bilhões em 2016.